

## AS VIAGENS E OS VIAJANTES PARA OS PORTOS DA LUSOFONIA

por FERNANDO CRISTÓVÃO  
(Universidade Clássica de Lisboa)

A viagem rumo à Lusofonia tem sido longa de séculos, feita de muitas viagens, viajantes, momentos de euforia e disforia, em processo de maturação permanente.

Construção moderna, a lusofonia mergulha as suas raízes mais profundas nos Descobrimentos portugueses e no diálogo étnico de cultura miscigenada, que a aventura dos mares possibilitou.

Diversificados foram os seus viajantes-protagonistas, como diversificados foram os ancoradouros aonde aportaram, as gentes que se misturaram com os “lusos” e estabeleceram, através de uma língua comum, a convivência que modernamente se estrutura de maneira cada vez mais abrangente.

### 1 – A rota das naus

Desde cedo que o rumo das naus foi traçado, quer pelas treze razões apresentadas pelo Rei D. Duarte de que a primeira é o “serviço de Nosso Senhor Deus” e pelas “cinco razões por que o Senhor Infante (D. Henrique) foi movido” para a aventura dos mares, segundo Zurara na *Crónica dos Feitos da Guiné*: “mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão (...) que se poderiam para este reino trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado (...) querer saber o poder do seu inimigo (...) saber se se achavam em aquelas partes alguns príncipes cristãos (...) acrescentar em a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela as almas que se quisessem salvar”.<sup>1</sup>

De forma poética foi assim que Fernando Pessoa traduziu este empreendimento: “Esta é a primeira nau que parte para as Índias Espirituais buscando-lhes o Caminho Marítimo. Através dos nevoeiros da Alma que os desvios, erros e atrasos da actual civilização lhe ergueram”.<sup>2</sup>

Foi a partir deste projecto e sonho que os portugueses iniciaram a longa viagem dos Descobrimentos durante o qual, provados pelas tempestades e bonanças, ambições e desfalecimentos, pela hybris conquistadora e mártírios de corpo e alma, fé e dúvidas, temperaram o carácter e conseguiram levar a sua teimosa persistência até ao êxito, com a flexibilidade e capacidade de adaptação próprias da “aventura e rotina”.

Era a nossa vocação marítima que nos impelia para o mar, por isso o romancista Vergílio Ferreira afirmou em discurso de agradecimento pelo prémio da Europália em 1991: “a alma do meu país teve o tamanho do mundo (...), uma língua é o lugar donde se vê o mundo, e em que se tratam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua vê-se o seu rumor, como da dos outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a nossa inquietação.”

Assim, os navegadores portugueses desde muito cedo se aventuraram ao oceano desconhecido.

Se nos é permitido um breve excurso cronológico dos séculos XV e XVI<sup>3</sup>, ficará mais claro o significado das viagens e da expansão da língua, até à moderna Lusofonia.

Tudo começou com a viagem para a conquista de Ceuta (1415), tendo-se-lhe seguido as viagens para Porto Santo e Madeira (1418–1419), às Caná-

<sup>1</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. De Torquato Sousa Soares, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978 [1453].

<sup>2</sup> Teresa Rita Lopes, *Pessoa Inédito*, Lisboa, Horizonte, 1993.

<sup>3</sup> Síntese extraída principalmente de Luís Filipe Barreto, *Portugal Pioneiro do Diálogo Norte/Sul*, Lisboa, INCM, 1988.

rias e aos Açores (1424–1427). Os incansáveis nautas dobraram depois o Cabo Bojador (1434), e o Cabo Branco (1441), chegaram a Cabo Verde, à Costa da Guiné (1444–1445), às Ilhas de Fernando Pó, S. Tomé e Príncipe, Ano Bom (1471), a S. Jorge da Mina, Cabo Lobo (1482), ao Rio Zaire, Congo, Angola, Benguela (1482–1485), ao Benim (1484), ao Cabo Negro (1485), procuraram o Prestes João, penetraram no interior de África e dobraram o Cabo da Boa Esperança (1487), descobriram a península do Labrador (1492), Vasco da Gama fez a primeira viagem à Índia (1497), aportaram a Moçambique (1498), descobriram a Flórida (1497–1499), chegaram ao Brasil e à Terra Nova (1500–1501), a Samatra e Malaca (1509), à China (1511–1512), a Timor (1514), construíram a fortaleza de Ceilão (1518), empreenderam a primeira viagem à volta do globo (1519), alcançaram as costas da Califórnia (1542), entraram no Japão (1542–1543).

Por aqui se pode ver a razão que assistiu a Camões para dizer em *Os Lusíadas* que Vasco da Gama teve acesso aos recônditos conhecimentos encerrados na famosa e misteriosa “Máquina do Mundo” que foi, desde a Antiguidade, um dos enigmas mais estudados pela Astrologia e Astronomia, pois nela se encerravam alguns desígnios de Deus e muitos segredos do Universo:

Vês aqui a grande máquina do Mundo,  
Etérea e elemental, que fabricada  
Assi foi do Saber, alto e profundo,  
Que é sem princípio e meta limitada.  
Quem cerca em derredor este rotundo  
Globo e sua superfície tão limada,  
É Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,  
Que a tanto o engenho humano não se estende.  
(X/80)

Para tal, cometeram-se feitos nobres e inúmeras crueldades, e também os nautas foram cruelmente castigados, conhecendo tanto os heroísmos de Albuquerque ou Pacheco Pereira, como as desditas trágicas de Manuel de Sousa Sepúlveda e a morte infamante de sua mulher.

Olhai que ledos vão, por várias vias,  
Quais rompantes liões e bravos touros,  
Dando os corpos a fomes e vigias,  
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,  
A quentes regiões, a plagas frias,  
A golpes de Idólatras e de Mouros,

A perigos incógnitos do mundo,  
A naufrágios, a peixes, ao profundo.  
(X/147)

É sobre este mapeamento das navegações lusitanas que é possível entender-se o “porquê” e o “como” da união de países e regiões que irão formar a Lusofonia, com tudo o que ela significa de lugares, amores, ódios, solidariedades baseadas numa forma de relacionamento que, especialmente para o Brasil, Gilberto Freire chamou luso-tropicalismo e que em outros modos e contextos, algo afins, vigorou também na África e Oriente.

Fundo antropológico que, mesmo com o pecado universal do racismo o foi menos, como o reconheceu o crítico implacável da colonização portuguesa Charles Boxer: “can truthfully be said is that in this respect they were usually more liberal in practice, than were their Dutch, English and French successors”.<sup>4</sup>

## 2 – Os viajantes

São bem conhecidos os principais protagonistas dessas viagens: Gil Eanes, Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, S. Francisco Xavier, Fernão Mendes Pinto...

Mas não iam sozinhos, levavam consigo três outros viajantes que os ultrapassaram em longevidade, importância e eficácia: a língua, a cultura, a religião, sendo destes três o mais importante a língua, até porque serviu de intérprete e companheiro permanente aos outros dois.

A *língua* que os navegadores portugueses transportaram era a portuguesa, que no início das aventuras dos mares já se tinha separado da convivência irmã da galega, e evoluía em rumo próprio, dando e recebendo, assumindo aquela função que Nebrija atribuía ao castelhano, a de “companheira do império”.

Assim o entendia também o nosso primeiro gramático Fernão de Oliveira que na sua *Gramática de Linguagem Portuguesa* tanto se empenhava em fixar e valorizar a língua portuguesa, como em prepará-la para ser divulgada em outros povos: “Porque Grécia e Roma só por

---

<sup>4</sup> Charles Boxer, *Four Centuries of Portuguese Expansion: a Succinct Survey 1415–1825*, Johannesburg, 1961.

isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas”.<sup>5</sup>

Por isso não tolerava que Portugal independente ainda estivesse demasiado sujeito à tradição das línguas clássicas – o latim era de uso corrente –, pois era preciso emancipar-se “desta feição nos obrigam a que ainda agora trabalhe-mos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso, que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma (...) não trabalhe-mos em língua estrangeira, mas apuremos a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes”.<sup>6</sup>

Doutro modo, à medida que as caravelas viajavam pela costa de África, Brasil e Oriente, o uso da língua como companheira do império não só se consolidava mas entrava também em rivalidade com a língua do navegador castelhano, uma emulação regida por um outro imaginário Tratado de Tordesilhas.

Pêro de Magalhães de Gândavo, que viveu na passagem do século XVI para o XVII, bem o entendeu, pois não se limitou a escrever regras de ortografia do português, mas acrescentou-lhe um “Diálogo que adiante se segue em defensão da mesma língua” em que Petrônio (português) demonstra a Falêncio (castelhano): “esta nossa portuguesa língua de que todos praguejais sendo ela em si tão grave e tão excelente, assi na prosa como no verso que só a latina pode nesta parte fazer vantagem. Quisera logo então, como sabeis, provar-vos esta verdade e mostrar-vos per razões claras quanto esta nossa excede a vossa”.<sup>7</sup>

Difundiu-se, em consequência, por todo o mundo a língua portuguesa, umas vezes falada correctamente, outras sob a forma de dialectos, crioulos e pidgins.

Sobre essa extraordinária viagem da língua que chegou à situação de língua franca na Ásia e lugares vários de África, não poucos especialistas, tais como David Lopes, Mons. Sebastião Dalgado, Visconde de Santarém, George le Gentil, Alexandre Hamilton, Buchanan, Marius Valkhoff, Sebeock... a têm inventariado.

Deles nos basta citar as afirmações de dois, nos anos de quinhentos.

Referindo-se ao papel do português enriquecendo vocabularmente inúmeras línguas asiáticas e compondo gramáticas e dicionários, diz le Gentil, citando Dalgado: “Leur vocation a four-

ni un grand nombre de termes. Mgr. Dalgado en a dressé le compte exact, aux langues des familles aryenne, dravidique, indo-chinoise, malaio-polynésique. De cette action qui s’est prolongée plus longtemps que leur hégémonie, il reste des traces dans l’arabe, le japonais, l’indo-anglais, l’indo-français, l’anglo-chinois. C’est aux portugais, d’autre part, que nous devons les premières grammaires, les premiers dictionnaires des langues indigènes (tamoul, concani, bengale, cinghalais, annamite, etc.). On les verra même au Brésil, transformer la «língua geral» (le tupi-guarani) en instrument de propagande.”<sup>8</sup>

Por sua vez, Sebeock, pôs em evidência a criação de pidgins e crioulos: “the portugese were the first Europeans in sub-Saharan Africa, South Ásia, The East Indies, and the Western Pacific. They carried features of European culture, not the least of which was the Portuguese language, which had an influence on the entire south and west Pacific area by spawning the pidgin that saved as lingua franca for a long period of time, surviving Portuguese military and political influence. The Dutch, two centuries later, were still using Portuguese pidgin to communicate their commercial needs (...). A lasting influence of Portugese is apparent in the pidgins of Oceania, still found today in places the portugese left long ago.”<sup>9</sup>

Foi a língua companheira do império, mas “à portuguesa”. Quer isto significar que a sua difusão não foi tão rígida e imperativa como o podia parecer.

Com efeito, no Brasil, a língua portuguesa não só conviveu com a “língua geral” dos índios (tupi-guarani), como foi por esta vencida, a ponto de o Marquês de Pombal em 1757 e 1758 ter de tomar medidas drásticas proibindo o seu ensino e obrigando ao ensino do português em todo o Brasil. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, que a falavam e ensinavam em seus colégios

---

<sup>5</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1975 (1536).

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>7</sup> Pêro de Magalhães de Gândavo, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981 (1574).

<sup>8</sup> George le Gentil, *Littérature Française*, Paris, 1935, p. 56.

<sup>9</sup> Thomas A. Sebeok, *Linguistics in Oceania*, vol. VIII, Den Haag, 1971, pp. 940–941.

(públicos e gratuitos), o português passou a ser a principal língua do Brasil.

Desta situação é muito significativa a atitude de Anchieta que não escreveu qualquer gramática de português mas sim uma de tupi-guarani assim intitulada: *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, copiada várias vezes à mão, e publicada em Coimbra em 1595.

Situação semelhante ocorreu nas colónias de África, nomeadamente em Angola, onde o General Norton de Matos, quando foi governador de Angola, teve de tomar atitude semelhante à de Pombal, ordenando o apagamento das línguas regionais e substituindo-as pelo português, através do Decreto nº 77, em 1921, onde se declarava ser “obrigatório” em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa (artigo 1.3) sendo vedado o ensino de qualquer língua estrangeira e “não sendo permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas” (artigo 2), não sendo também permitidas nos livros de ensino religioso (artigo 3), concedendo-se nestas apenas a possibilidade de uma versão paralela.

Aliás, este imperialismo linguístico que era igualmente praticado pelas outras potências coloniais, vinha sobretudo da Revolução Francesa, em que o ideólogo da Revolução, o Abbé Grégoire em vários documentos, entre os quais o “Rapport sur l’usage de la langue française, pour les inscriptions”, obrigava ao uso do francês proibindo o latim, e na lei de Prairial, 4 juin, inseria um relatório à Assembleia “Sur le moyen de faire disparaître de France les patois et les idiomes et de faire du français la langue de toute la nation”, política esta que, dado o grande prestígio da Revolução Francesa, se tornou o modelo a seguir. Maximamente, depois da Conferência de Berlim de 1848 e até quase aos nossos dias, em que o multiculturalismo moderno exige também o multilinguismo.

Em todo este processo a tolerância e coexistência linguística observada em todas as colónias portuguesas permitiu um prolongamento ou fixação da memória colectiva dos diversos povos, através dos seus veículos privilegiados, as chamadas línguas indígenas.

A língua portuguesa foi, sem dúvida, companheira do império, mas partilhando a companhia.

### **Miscegenação, cultura e religião**

Sobretudo quando os viajantes são marinheiros de longas viagens o contacto com as mulheres

nativas dava aso a toda a espécie de uniões e casamentos, de larga população mestiça.

Assim aconteceu, especialmente, no Brasil.

Gilberto Freire no seu famoso estudo sobre a colonização portuguesa do Brasil – *Casa Grande e Senzala*, de 1933–, chamou a atenção para a conjugação da grande escassez da população portuguesa (segundo Rebelo da Silva<sup>10</sup>, no século XV não ultrapassaria 1.010.000 habitantes), com a sua extrema mobilidade e miscibilidade: uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido. Como num formidável jogo dos quatro cantos “(...) a miscibilidade, mais do que a mobilidade foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas”.<sup>11</sup>

Outros casos notáveis foram sobretudo os de Cabo Verde e de Goa.

Neste território da Índia, durante a colonização portuguesa, foi particularmente relevante a iniciativa de Afonso de Albuquerque na promoção de uma política de casamentos de que se originaria não propriamente uma população extensa mas um elevado nível de aproximação social ultrapassando muito o ancestral regime das castas.

### ***Outros viajantes invisíveis nas caravelas foram a cultura portuguesa e europeia, bem como a religião cristã***

Foi, sem dúvida, através das viagens de portugueses e espanhóis que chegou aos quatro cantos do mundo uma visão humanista, técnica, científica e religiosa do melhor que a Europa possuía.

Porém, através de diferentes políticas dos países ibéricos.

Diferentemente de Espanha que, logo no século XVI, abriu universidades no México e no Perú, Portugal seguiu outra política no Brasil, cuja população era muito reduzida.

---

<sup>10</sup> Rebelo da Silva, *Memória sobre a População e Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1885*, Lisboa, 1868.

<sup>11</sup> Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, 22ª edição, Rio, J. O., 1983, p. 9.

Segundo Corrêa da Serra, em 1798, essa população seria de 2.300.000; para Adriano Babbì, rondaria os 3.817.000.<sup>12</sup>

Consistia essa política em trazer para a Universidade de Coimbra<sup>13</sup> os jovens intelectuais: no século XVI, foram treze os estudantes, no século XVII, 354, no século XVIII, 1753, decrescendo o número com a independência, até porque, com a deslocação da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, foram criados nessa capital estudos superiores.

Mas, nem por isso, a ausência de imprensa ou da universidade impediu a criação de uma elite intelectual e o florescimento de estudos literários e humanísticos em Minas Gerais. Aí atingiu grande nível a poesia com a chamada “plêiade mineira” que tanto cultivava as letras clássicas como se interessava pelas novidades da Revolução Francesa. E com o florescimento das letras seguiu de paralelo o das artes nos seus vários registos clássico, barroco, arcádico, até ao romântico da Independência desde a arquitectura e escultura às artes decorativas, de que o Aleijadinho é o representante maior.<sup>14</sup>

Em paralelo, do outro lado do império, em Goa em outros pequenos territórios da Índia, também se evidenciaram as letras e as artes.

Ao ponto de se poder falar de uma literatura indo-portuguesa<sup>15</sup>, e também da influência da mitologia hindu<sup>16</sup> na literatura da metrópole.

Do mesmo modo, foram de grande brilho as diversas formas de arte ali desenvolvidas, desde a arquitectura, escultura e pintura às artes decorativas de carácter indo-português.

Diferente também foi a política seguida no Brasil e no Oriente quanto à “famosa arte de imprimir”:

Ao mesmo tempo que não era promovida ou era reprimida no Brasil (até 1808) era incentivada e consolidada no Oriente, pela mesma organização religiosa, a Companhia de Jesus, presente num e noutra continente.

Aliás, dum modo geral, se poderá dizer que, a Ocidente, Portugal promovia sobretudo as letras e as artes, e a Oriente as ciências e as técnicas.

Segundo Américo Cortez Pinto<sup>17</sup>, foi na Abissínia que primeiro os portugueses introduziram os caracteres tipográficos, em 1515, na Índia em 1557, na China e em Macau em 1588, pela mão dos jesuítas.

Em Rachol na Índia, já em 1632 se imprimiu a explicação da *Doutrina Christã Coligida do Cardeal Bellarmino e outros Autores*.

E não só se publicava em latim, mas também nas línguas regionais: tamil, canarim, famuel, abexim, concani, brâmane.

Viajou a tipografia também para o Japão com os jovens, quatro príncipes japoneses que vieram à Europa e a Lisboa em 1590 e que no regresso levaram uma tipografia de caracteres móveis acompanhada de dois jesuítas tipógrafos. Como não se conheciam no Ocidente caracteres tipográficos japoneses, foram também os jesuítas que procederam à sua fundição e ensinaram o modo de a realizar. Nagasaki e Amacusa tiveram livros impressos em 1598. Das técnicas que viajaram para o Japão<sup>18</sup> e a Ásia, a mais famosa foi a das armas de fogo, em 1543, em Tanegaxima, que passou a produzi-las, e possibilitaram a unificação do Japão que assim entrou na Era Moderna.

Mas não viajaram só as armas, também a medicina ocidental pela mão do mercador Luís de Almeida que depois de ser jesuíta construiu e geriu, em 1557, um hospital em Oika, principalmente para o combate à lepra.

Os jesuítas dedicaram-se também ao ensino da medicina ocidental, salientando-se nessa tarefa o P.e Cristóvão Ferreira, tendo sido editadas várias obras científicas nas áreas da medicina, astronomia, cartografia, etc.

Também foi relevante o número de escolas fundadas, e a influência na música (introdução, p.e., da harpa e da flauta), na ourivesaria e na pintura. Desta são notáveis os 60 biombos namban-byoba, do princípio do século XVII, com motivos portugueses e europeus.

Na China é de relevar, especialmente, a viagem dos conhecimentos astrológicos e astronómicos

---

<sup>12</sup> Altiya P. Balhana, “Composição da População”, in *Dicionário da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 650.

<sup>13</sup> Francisco de Moraes, “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, in *Brasilíia*, nº 4 suplemento, 1949.

<sup>14</sup> Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 7 volumes, S. Paulo, Cultrix, 1976–1978.

<sup>15</sup> Vimola Devi e Manuel de Seabra, *A Literatura Indo-Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971.

<sup>16</sup> Selma de Vieira Velho, *A Influência da Mitologia Hindu na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Macau, ICM, 1988.

<sup>17</sup> Américo Cortez Pinto, *Da Famosa Arte da Imprimição*, Lisboa, Ulisseia, 1948.

<sup>18</sup> Kiichi Matsuda, *The Relation Between Portugal and Japan*, Lisboa, 1965.

micos que levaram consigo os “jesuítas astrónomos” que se instalaram na Corte Imperial de Pequim, por terem mostrado a superioridade dos conhecimentos e da matemática ocidentais, sobre os conhecimentos dos sábios chineses. Conhecimentos que eles desejavam o mais exatos possível, pois toda a sua vida social era regida pela conjugação dos astros e outros fenómenos meteorológicos.

Com os padres Ricci, Adão Schall, uma plêiade de jesuítas portugueses dentre os quais se destacava Gabriel de Magalhães, “Presidente do Tribunal das Matemáticas”, levaram as ciências ocidentais ao Celeste Império, adquirindo através delas crédito suficiente para pregarem o Cristianismo, de tal modo que o Padre Verbiest assim resumia a situação: “A religião cristã (...) pela Astronomia foi introduzida na China; pela Astronomia se tem conservado, pela Astronomia foi sempre chamada do desterro a que por vezes a condenaram, e restituída com honras à primeira dignidade.”<sup>19</sup>

Nestas viagens, sobretudo por regiões exóticas e orientais, a natural curiosidade e iniciativa do tipo pequeno comércio, ou de curiosidade dos nautas, leva-os a permutarem entre Portugal e os países visitados, toda a espécie de coisas transaccionáveis, ou mesmo bugangas independentes do grande comércio, sem excluir plantas, animais e alguns “selvagens” habitantes, que maravilhavam as populações da Metrópole.

Gilberto Freire, referindo-se ao Brasil, assim resume algumas dessas permutas: “Resta-nos salienta o fato, de grande significação na história social da família brasileira, de ter sido o Brasil descoberto e colonizado (...) na época em que os portugueses senhores de numerosas terras na Ásia e África, haviam-se apoderado de uma rica variedade de valores tropicais. Alguns inadapáveis à Europa. Mas todos produtos de finas, opulentas e velhas civilizações asiáticas e africanas. Desses produtos o Brasil foi talvez a parte do império lusitano que, graças às suas condições sociais e do clima, largamente se aproveitou: o chapéu-de-sol, o palanquim, o leque, a bengala, a colcha de seda, a telha à moda sino-japonesa, o telhado das casas caído para os lados e recurvado nas pontas em cornos de lua, a porcelana da China e a louça da Índia. Plantas, especiarias, animais, quitutes. O coqueiro, a jaqueira, a mangueira, a canela, a fruta-pão, móveis da Índia e da China.”<sup>20</sup>

Da viagem das plantas se ocupou especialmente Mendes Fernão, historiando o trânsito de

plantas idas de Portugal relativas sobretudo à alimentação dos marinheiros em viagem e sua reprodução depois dela. Plantas de origem americana “como o abacate, a mandioca, o amendoim, o ananás, feijoeiro, milho, tabaco, tomate, batata doce. Plantas originárias do Oriente (arroz, banana, coqueiro, especiarias...); plantas originárias de África (cafeeiro, inhame, palmeira...).

Da disseminação destas plantas foram os navegadores ibéricos os grandes obreiros. Permutas estas que permitiriam o descobrimento e bem-estar de muitos povos.

De tal modo importante esse transitar que o Conde de Ficalho e Gourot foram de opinião de que “o sucesso das plantas americanas foi tal que a raça negra morreria hoje de fome sem a mandioca e o milho”.

Estas “dádivas” à África, do milho, mandioca, batata-doce e outras plantas de origem americana, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do continente, foram como que uma compensação da mão de obra escrava que, compulsivamente, foi levada deste continente e constituiu uma das bases do desenvolvimento agrícola da América, nos séculos XVI a XIX.

Se admitirmos, porém, que os africanos destas terras, se serviam da flora espontânea e de um número não muito elevado de plantas introduzidas e já adaptadas, talvez se compreenda melhor a influência que, esta parte de África recebeu no seu desenvolvimento, onde os portugueses foram sem dúvida, os primeiros europeus a chegar (...) recentemente De Wildeman quando ao dedicar a sua atenção ao estudo das plantas cultivadas no então Congo Belga, verificou que, num conjunto de 500 plantas mais utilizadas, 484 foram introduzidas, das quais 377 do Oriente e 107 provenientes do continente americano, e só encontrou 16 plantas integradas naquele grupo que eram originárias, indiscutivelmente, de África.”<sup>21</sup>

Mas o relacionamento com a África não foi só de natureza material, também foi de cultura.

---

<sup>19</sup> Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, Macau, ICM, 1990, p. 9.

<sup>20</sup> Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, 22ª ed., Rio de Janeiro, J. O., 1983, p. 259.

<sup>21</sup> José E. Mendes Ferrão, *A Aventura das Plantas dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, IICT, 1992, p. 11.

Com a particularidade significativa de não serem só os portugueses a permutarem valores. Também outros, de outras terras descobertas, como os brasileiros, influenciando escritores africanos, indirectamente, através de publicações como o *Almanach das Lembranças Luso-Brasileiro* ou, directamente, pela obra de sociólogos, poetas ou romancistas como Gilberto Freire, Manuel Bandeira ou Jorge Amado.

### *Quanto à viagem da religião cristã*

Como afirmou Zurara na *Crónica dos Feitos da Guiné*, uma das razões do Infante D. Henrique para a expansão era a da dilatação da fé cristã, pelo que nas naus viajavam sempre missionários que se estabeleceriam nas terras descobertas ou conquistadas, evangelizando segundo um modo próprio da maneira dos portugueses se instalarem nas novas terras: à volta da presença militar e das relações comerciais em vez de persuasões e acções autoritárias de proclamação directa<sup>22</sup>, mas, de harmonia com o “direito do Padroado”. Segundo esse acordo entre o Estado e a Igreja portuguesa, o Rei tinha o direito de aprovar os “benefícios” eclesíasticos, incluindo a nomeação de bispos, e a Igreja o direito a que a Coroa procedesse à construção, manutenção e sustentação dos missionários.

Deste modo, a criação de novas cristandades foi acompanhada pela criação de dioceses, o que, por si só, representava uma situação de autonomia e gestão locais em relação à missão dependente da Metrópole.

No início, foi à diocese do Funchal, criada em 1514, que coube a jurisdição sobre todas as ilhas e territórios descobertos ou conquistados, tornando-se durante algum tempo a maior diocese do mundo, estendendo a sua tutela ao Brasil, África, Índia e outras terras do Oriente.

A primeira das novas dioceses criadas foi a de Ceuta, donde partira a invasão muçulmana da Península e por onde agora se iniciava a “réplica” (1421), Goa (1532), Bahia (1551), Etiópia (1555), Malaca (1558), Japão (1588), Pequim (1690).

Na evangelização de tão grande parte do globo alguns desses missionários podem ser tomados como verdadeiros símbolos da cristianização de vários continentes.

No Brasil, os jesuítas, nomeadamente o padre José de Anchieta, evangelizaram os índios e entre outras obras, deram início à povoação que viria a ser a grande cidade de S. Paulo,

e também se notabilizaram os franciscanos, especialmente frei Cristóvão da Silva, notável naturalista e grande opositor à escravatura.<sup>23</sup>

Na África, é de relevar o facto simbólico da escolha de um negro para o episcopado, sendo sagrado bispo D. Henrique, filho do rei do Congo, em 1521.<sup>24</sup> Num continente tão carecido, notabilizaram-se várias ordens religiosas masculinas, e femininas, na formação das populações ensinando artes e ofícios e construindo hospitais e prestando assistência, especialmente a leprosos, doentes da malária, doença do sono, etc.

Na Índia, “a Goa dourada” transformou-se na “Roma do Oriente”, difundindo o cristianismo e tornando-se o maior centro de peregrinações do Oriente pelo culto a S. Francisco Xavier. Emblemática também a figura do mártir S. João de Brito (em 1693) que inovou e aculturou os métodos de apostolado, evangelizando os párias.

Mas, sem dúvida, a grande figura de missionário é Francisco Xavier que chegou a Goa em 1542 e estendeu a sua acção a outras regiões: Costa da Pescaria, Malaca, Molucas, Japão, só não entrando na China por entraves que lhe moveram e a morte que lhe sobreveio.

Na China, foi particularmente relevante a acção dos missionários que, sob a égide da já referida ciência astronómica, evangelizaram sobretudo os intelectuais, tendo vencido, em momentos de perseguição, e nos tribunais, as ofensivas dos “Regentes Tártaros”. Em 1669 foi-lhes passado solene documento em chinês e latim, reconhecendo a liberdade de evangelizar.<sup>25</sup>

Da cristandade do Japão<sup>26</sup> é significativo que a sua projecção tenha sido tal que deu origem ao “século cristão”, iniciado por Francisco Xavier e que, após a conversão dos daimios de Omura

<sup>22</sup> Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Ed. revista e actualizada, Lisboa, Europa-América, 1994, pp. 137–140.

<sup>23</sup> Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil*, Santa Maria, Pallotti, 1981.

<sup>24</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição, Porto, Civilização, II vol., 1968.

<sup>25</sup> Horácio Peixoto de Araújo, *Os Jesuítas no Império da China*, Macau, Ipar, 2000.

<sup>26</sup> Roberto Carneiro e Teodoro de Matos (coord.), *O Século Cristão no Japão*, Lisboa, UCP, 1994.

e Arima, e da embaixada dos quatro Príncipes à Europa, atingiu elevado número de convertidos, quase meio milhão.

Seguiram-se depois as perseguições, com numerosos mártires, cerca de 205, especialmente em Nagasáqui.

### 3 – Os portos/países de desembarque

Toda esta viagem de epopeia teve desembarques em variados continentes. Durante mais de quatrocentos anos deles deriva uma convivência, ora pacífica ora conflituosa, mas que se saldou positivamente.

Através de acções conduzidas segundo mentalidade e processos que variaram conforme os séculos, houve um enraizamento solidário, miscigenação, desenvolvimento, permuta cultural, acção catequético-civilizacional, apesar de alguns comportamentos negativos como os da escravatura, do racismo que, embora menor que o de outras potências colonizadoras não deixou de o ser, destruição ou minimização de valores locais, abusos na extracção de recursos.

Criou-se, assim, um fundo cultural comum de empatia e de solidariedade que persistiu em sete portos principais de desembarque, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor. Daí vieram a formar-se nações independentes, seguindo o seu próprio rumo, e regiões (Galiza, Casamansa, Goa e outros pequenos territórios asiáticos, Macau) integradas em outros países de outras culturas, que não esqueceram laços linguísticos, culturais, patrimoniais que as associam ao grupo dos países lusófonos.

A Lusofonia não é, pois, uma criação artificial decidida por qualquer tratado, é o ponto de chegada de muitas viagens que agora prosseguem para novas etapas, guiadas por uma certa concepção e projecto de unidade e entejada.

Por isso a Lusofonia é, simultaneamente, utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, reformulada à volta do mito do Quinto Império.

É que, na esperança e expectativa de um messianismo sebastianista, mergulham as raízes da utopia do Quinto Império, entre o pessimismo do *Tratado da Quinta Monarquia – Infelices de Portugal Profetizadas*, de Frei Sebastião de Paiva, e o optimismo de Vieira nos *Sermões, História do Futuro, Clavis Prophectarum*. Para Vieira era preciso “converter e reformar o Mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a jus-

tiça, a paz e todas as virtudes cristãs”, como se preconiza na *História do Futuro*.

Fernando Pessoa reformulou este sonho criando, na lógica da sucessão dos Impérios da Antiguidade, um futuro para o Quinto Império português, na *Mensagem*, no *Livro do Desassossego* e em textos que deixou inéditos, hoje em grande número publicados. E quanto ao Império, ele já não é de natureza religiosa, mas cultural.

Nessa etapa da sucessão não haveria lugar para um Quinto Império material, mas espiritual, inspirado na história cultural grega, na linha de sucessão do Quarto Império da Europa laica do Renascimento.

É nesse império, onde se irá ultrapassar a “fraqueza do sebastianismo tradicional”, que a língua portuguesa desempenha papel essencial, por estar dotada de “condições imediatas do império da cultura”, baseadas nas suas capacidades de plasticidade, riqueza expressiva, expansão e geografia linguística amplas, e número considerável de falantes, como consta dos textos que têm vindo a ser publicados.

Daí que a expressão do heterónimo Bernardo Soares no *Livro do Desassossego* “Não tenho sentimento nenhum político ou social, tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha Pátria é a língua portuguesa”, não possa ser entendida de maneira abstracta ou simplesmente simbólica, mas como opção a favor de uma realidade concreta que é preciso consolidar e projectar no futuro.

Estas concepções da língua e da cultura como pátria exigem uma leitura que vai, em consequência, muito para além de algumas interpretações meramente simbólicas ou míticas.

Pessoa afirma claramente: “a base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em acção, e o homem é um animal pensante, e a acção é a essência da vida”, descendo o poeta à minúcia das citadas “condições imediatas do Império da cultura”, objectivadas em itens e alíneas que contemplam tanto a sua aptidão expressiva, como a sua situação geográfica e o considerável número de falantes.<sup>27</sup>

Requisitos esses totalmente preenchidos pela língua e cultura portuguesas e as línguas e culturas de outros povos a elas associadas.

---

<sup>27</sup> Joel Serrão e outros, *Fernando Pessoa, Sobre Portugal*, Lisboa, Ática, 1979, p. 121.



Desta universalidade da língua, aceite tanto pelo Brasil como pelos países africanos, testemunha favoravelmente, por exemplo, o linguista brasileiro Sílvio Elia e o romancista moçambicano Mía Couto.

Sílvio Elia, no que se pode considerar uma tradução moderna do sonho do Quinto Império, une os portos/países espalhados pelo mundo num território cultural único a que se chamou “Lusitânia”, para simbolizar a unidade do sistema da língua, da viagem.

Assim, Portugal é a “Lusitânia Antiga”, o Brasil a “Lusitânia Nova”, os países africanos a que se acrescentou Timor a “Lusitânia Novíssima”, os pequenos territórios isolados a “Lusitânia Perdida”, a “Lusitânia Dispersa” as comunidades migrantes espalhadas pelo mundo.<sup>28</sup>

Para Mía Couto, a apropriação da linguagem apresenta-se como fundamental para esta visão: “O português vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas (...). Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau, existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa. Essa atitude não é comum em outros países africanos relativamente às suas línguas oficiais. Os povos das ex-colónias portuguesas assaltaram o português, fizeram do idioma estrangeiro algo que vai sendo cada vez mais da sua propriedade”.<sup>29</sup>

Mas como garantir a coesão dessa unidade e uma liderança que dê força à Lusitânia/Lusofonia?

Por todos responde o brasileiro Celso Cunha: “E essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra: não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura (...) onde, sobre o mundo material, o homem possa construir perfeitamente o mundo do espírito, em busca da precária verdade científica, de esquiva verdade poética, das luminosas verdades de Deus”.<sup>30</sup>

Num tal diálogo, e com tais pressupostos que repelem qualquer ideia de neocolonialismo cultural ou outro, podemos entender os diferentes graus de união e associação dos povos que formam a Lusofonia, como formando um espaço cultural, e até político, segundo três círculos concêntricos de intensidade.

Ao primeiro círculo de Lusofonia pertencem os oito países que têm o Português como sua lí-

ngua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), e regiões que pertencem a outros países e culturas mas com as quais partilhámos ou partilhamos a Língua e a História.

Embora em situações diversas, e em inúmeros lugares da diáspora, falam ou falam português, suas variantes ou crioulos, a Galiza, Casamansa (no Senegal), ilha de Ano Bom, Ajudá (no Benim), Goa, Damão, Diu, Mangalor, Mahé, Fort Cochim, Tellicherry, Chaúl, Korlai, Coromandel, Macau.

Ainda nos são próximos os crioulos de Malaca, Vaipim, Batticaloa e Puttalan no Sri Lanka.

Na Oceânia, os de Bali, Java (Brestagi e Tugu), de Kuala-Lumpur, Penang, Jehove, Taipung.

E os de Curaçao, Aruba e Bonaire, além do de Suriname, na Guiana Holandesa.

O tempo vai enfraquecendo ou apagando alguns destes crioulos, mas nem por isso desaparece a memória cultural que eles veiculam ou veicularam.

É dentre deste círculo ou núcleo duro dos oito países independentes, que se joga o futuro da língua portuguesa e da solidariedade das nações que a falam, pois neste “Império” ou “República”, as razões e as forças de cada um dos membros são reforçadas pela coesão do grupo.

E é neste círculo que também se processam as estruturas e as dinâmicas que possibilitam e realizam a acção externa dos lusófonos, especialmente junto das organizações internacionais.

O segundo círculo concêntrico, que envolve o primeiro, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas que se encontram em contacto entre si e com a língua comum. Contacto esse que através do diálogo e do intercâmbio promove e enriquece cada uma dessas línguas e culturas tornando-as conhecidas e estudadas em âmbito mais vasto que o regional ou sectorial.

Seguindo a mesma coerência de grupo, a razão lusófona leva à valorização e intercâmbio dessas línguas e culturas, preservando-as e ajudando

---

<sup>28</sup> Sílvio Elia, *A Língua Portuguesa no Mundo*, S. Paulo, Ática, 1989, p. 16.

<sup>29</sup> *Revista Icalp*, Lisboa, Setembro de 1989, p. 244.

<sup>30</sup> Celso Cunha, *Uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, S. José, 1964, p. 38.

a sua fixação através, sobretudo, da pesquisa, da escolarização e da actividade editorial.

O terceiro círculo concêntrico, mais amplo, é formado pelas instituições, grupos e pessoas não pertencentes a países e regiões lusófonas, mas que mantêm com a língua comum e as línguas e culturas dos oito países um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários.

Integram-no, sobretudo, os professores e alunos dos vários graus de ensino em países não lusófonos espalhados pelo mundo, os familiares e conviventes dos emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos de países não lusófonos.

São grupos, instituições e pessoas de uma qualificação especial, de outros interesses e culturas, que se interessam pelos lusófonos.

Obviamente, a Lusofonia não se esgota no comum uso da língua, mas de tudo o que por ela é possibilitado e facilitado, proporcionando a aproximação dos países, na economia, na religião, na ciência, no desporto, em todos os alinhamentos também políticos que os lusófonos entenderem realizar.

Mas, também parece óbvio que, por serem as aproximações e parcerias facilitadas pela língua, ela assume uma importância basilar e prévia a quaisquer entendimentos.

Estas têm sido as viagens em direcção aos portos da Lusofonia.

Sem elas, a Lusofonia não passaria de criação artificial. Através delas, a Lusofonia é uma confluência de ideais e de vontades.